

ARTIGO

revista

Geo
USP
espaço e tempo

ISSN 2179-0892

Volume 28 • n° 3 (2024)

e230310

Caio Prado Júnior e Manuel Correia de Andrade: a formação social e territorial brasileira, o Nordeste e a questão agrária (lições de método)^{1,2}

Marta Inez Medeiros Marques 

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: mimmar@usp.br

Como citar este artigo: MARQUES, M. I. M. Caio Prado Júnior e Manuel Correia de Andrade: a formação social e territorial brasileira, o Nordeste e a questão agrária (lições de método). *Geousp*, v. 28, n. 3, e230310. 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.230310pt>

¹ Esse texto resultou de minha participação na mesa “De Caio Prado Júnior a Manuel: Entre a História e a Geografia” no “O Brasil de Manuel Correia de Andrade: interpretações, diálogos e acervos”, que foi realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros IEB/USP no Departamento de Geografia da USP, no período de 26 a 29 de setembro de 2023.

² Este trabalho foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001 .



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Caio Prado Júnior e Manuel Correia de Andrade: a formação social e territorial brasileira, o Nordeste e a questão agrária (lições de método)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar aspectos da trajetória intelectual de Manuel Correia de Andrade (MCA) e de sua relação com a abordagem marxista, com atenção especial para o debate travado com Caio Prado Júnior (CPJR), suas afinidades, divergências e mútua influência. Ele destaca a contribuição de Andrade para a construção do pensamento social brasileiro e a discussão de questões relacionadas ao desenvolvimento nacional como a questão agrária e a problemática ambiental, dentre outras. Por fim, evidencia o compromisso social e o diálogo entre teoria e prática como importantes legados de Andrade e de seu mestre, Prado Júnior. O artigo se baseia em pesquisa bibliográfica, registros pessoais, e estudo aprofundado de importantes obras de MCA e de CPJR.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade. Caio Prado Júnior. Questão agrária. Pensamento marxista.

Caio Prado Júnior and Manuel Correia de Andrade: Brazilian social and territorial formation, the Northeast, and the agrarian question (method lessons)

ABSTRACT

This article examines key aspects of Manuel Correia de Andrade's (MCA) intellectual journey and his engagement with Marxist approaches, with particular focus on his debate with Caio Prado Júnior (CPJR), highlighting their affinities, divergences, and mutual influence. It emphasizes Andrade's contributions to Brazilian social thought, particularly his engagement with national development issues, including the agrarian question and environmental challenges. Finally, it underscores the social commitment and the integration of theory and practice as significant legacies of Andrade and his mentor, Prado Júnior. The article is based on bibliographic research, personal records, and an in-depth study of key works by MCA and CPJR.

Keywords: Manuel Correia de Andrade. Caio Prado Júnior. Agrarian question. Marxist thought.

Caio Prado Júnior y Manuel Correia de Andrade: la formación social y territorial brasileña, el Nordeste y la cuestión agraria (lecciones de método)

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar aspectos de la trayectoria intelectual de Manuel Correia de Andrade (MCA) y su relación con el enfoque marxista, con especial atención al debate sostenido con Caio Prado Júnior (CPJR), sus afinidades, divergencias e influencias mutuas. Destaca la contribución de Andrade a la construcción del pensamiento social brasileño y a la discusión de temas relacionados al desarrollo nacional como la cuestión agraria y las cuestiones ambientales, entre otras. Finalmente, destaca el compromiso social y el diálogo entre teoría y práctica como legados importantes de Andrade y su maestro, Prado Júnior. El artículo se basa en investigaciones bibliográficas, registros personales y un estudio en profundidad de importantes obras de MCA y CPJR.

Palabras clave: Manuel Correia de Andrade. Caio Prado Júnior. Cuestión agraria. Pensamiento marxista.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar aspectos da trajetória intelectual de Manuel Correia de Andrade (MCA) e de sua relação com a abordagem marxista, com atenção especial para o debate travado com Caio Prado Júnior (CPJR), suas afinidades, divergências e mútua influência. O artigo se baseia em ampla revisão bibliográfica, registros pessoais, e estudo aprofundado de obras de MCA e de CPJR dedicadas à análise da formação social e territorial brasileira, da região nordeste, e da questão agrária.

Além de reconhecer a importância de CPJR para a sua formação intelectual, Andrade também costumava destacar Gilberto Freyre como um de seus mestres, sobretudo no que diz respeito às preocupações apresentadas precocemente pelo sociólogo com relação ao meio ambiente, revelando a liberdade de pensamento e a aversão a ortodoxias que caracterizaram o seu percurso intelectual.

Ele participou ativamente do debate sobre a questão agrária e a reforma agrária, que se constituíram em temas centrais de sua obra. A sua principal publicação, "A terra e o homem no Nordeste", representa um alentado esforço de reflexão sobre as origens dessa questão e suas consequências para o trabalhador rural e para a região estudada. Essa obra analisa as diferentes relações de trabalho encontradas no campo nordestino no início da década de 1960 e busca identificar as suas raízes históricas.

Eu tive o privilégio de conhecer o Prof. Manuel ainda no início de minha graduação em geografia na Universidade Federal de Pernambuco nos anos 1980, quando participei como estagiária de uma pesquisa por ele coordenada sobre o sistema canavieiro no Nordeste. Na ocasião, ele me recomendou a obra de Prado Jr. "Formação do Brasil contemporâneo" (1942) como uma leitura fundamental para qualquer geógrafo (Prado Júnior, 1948), também me recomendou a leitura de "Os Sertões" de Euclides da Cunha para conhecer melhor o Nordeste.

Prof. Manuel era um leitor insaciável e também um intelectual engajado nos embates políticos de seu tempo. Ele nos deixou uma extensa obra e um legado de grande valor, não somente para a geografia, mas também para o pensamento social brasileiro.

Esse trabalho está dividido em seis partes: introdução; formação e trajetória profissional; contribuição ao pensamento geográfico; relação com o pensamento marxista; o debate sobre questão agrária e reforma agrária; considerações finais.

FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Manuel Correia de Andrade foi um intelectual com um forte compromisso social, o seu envolvimento com os dilemas de seu tempo sobre o desenvolvimento nacional foi uma constante em sua trajetória. Em várias entrevistas, ele reconheceu ter recebido forte influência de intelectuais como Gilberto Freyre, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Pierre Monbeig (Andrade, 1992, 2002).

Estudou na Faculdade de Direito do Recife entre 1941 e 1945, onde se formaram grandes nomes que marcaram a política, a literatura e a filosofia do Brasil, nos séculos XIX e XX. Foi nesse ambiente, de intensa agitação política e intelectual, que Andrade iniciou a sua militância, atuando no Diretório Acadêmico, participando de protestos e passeatas contra

o governo Vargas, e filiando-se, pelo curto período de sete meses, ao Partido Comunista Brasileiro (Wanderley, 2024)³.

Quando ainda era estudante, aproximou-se de Gilberto Freyre ao participar de atividades políticas contra o Estado Novo. Na ocasião, o sociólogo pernambucano se confraternizou com os estudantes antifascistas e contribuiu para a organização da “esquerda democrática”, uma ala da União Democrática Nacional (UDN), no estado de Pernambuco. Em decorrência dessas atividades, foi preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional junto com colegas e alguns professores da Faculdade, além do próprio Gilberto Freyre.

Andrade considerava a contribuição de Gilberto Freyre ao pensamento brasileiro como sendo da maior importância pelos seguintes motivos: por ter se preocupado precocemente com questões ambientais ao analisar a sociedade e suas relações com a natureza; por tematizar a contribuição indígena e negra para a cultura e sociedade brasileiras; além de enfrentar de forma própria o problema da interdisciplinaridade entre as ciências sociais, não separando a sociologia da antropologia. Assim, ele teria feito em sua obra uma análise da vida regional, caracterizando o Nordeste.

Também conviveu com Josué de Castro, mas não manteve com ele uma relação de proximidade como a que veio a desenvolver com Gilberto Freyre. Castro militou na política pernambucana e nacional, representando o PTB na Câmara dos Deputados na segunda metade dos anos 1950. Desde muito cedo, o médico e geógrafo pernambucano se ocupou do tema da fome e dos aspectos sociais, políticos e ecológicos a ela relacionados, aproximando-se da temática agrária e desenvolvendo uma geografia politicamente comprometida.

A relação de Andrade com Prado Jr. teve início quando ele ainda era estudante e seguiu como uma troca intelectual ativa ao longo do tempo. A seguir, reproduzimos o trecho de um a entrevista de MCA para a Revista GEOSUL, na qual ele rememorou as circunstâncias em que teve o seu primeiro contato com CPJR.

[...] eu era estudante e li um artigo do mestre paulista publicado na revista “Rumo” da Casa do Estudante do Brasil, sob o título “O Problema Humano no Brasil”. Neste artigo Caio defendia uma reforma agrária distributiva de terras formando pequenas propriedades. Li, reli, meditei sobre o mesmo e fiz um artigo para um jornalzinho de estudantes dizendo que em algumas áreas de grande lavoura era mais interessante a formação de grandes unidades cooperativas, sobretudo nas regiões de usinas de açúcar. Mandei uma cópia para o Caio e alguns dias depois recebi longa carta do mesmo justificando a sua posição e ponderando que aceitava os meus pontos de vista. (Andrade, 1992, p. 155).

Em janeiro de 1946, em viagem a São Paulo a passeio, após a conclusão do curso de Direito, finalmente conheceu pessoalmente Prado Jr. Andrade lembrou que, ao ser apresentado ao mestre paulista, este o recebeu calorosamente, chamando-o de “o homem das usinas cooperativas”. A partir daí, ficaram amigos e discutiam com regularidade sobre os problemas do país. CPJR era muito ligado à geografia e influenciou bastante o pensamento de MCA⁴.

³ Ver Bionotas.

⁴ Caio Prado Júnior cursou História e Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde conviveu com muitos geógrafos, tornando-se próximo de Pierre Monbeig e Pierre Delfontaines. Caio foi um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (Secco, 2007).

Andrade se formou em Direito em 1945 pela Faculdade de Direito do Recife, atualmente integrada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e em Geografia e História, em 1947, pela Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega, hoje Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)⁵.

Advogou sobretudo no setor trabalhista e ensinou geografia e história em colégios públicos e privados no início de sua atuação profissional. Em 1950 fechou o escritório de advocacia e em 1952 entrou para a Universidade Federal de Pernambuco, onde passou a atuar como assistente de Geografia Física, junto ao professor catedrático Gilberto Osório de Andrade. A partir de 1958, quando vagou a cadeira de Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas por ocasião da aposentadoria do professor Mário Melo, passou a lecionar esta disciplina, tendo sido transferido da Faculdade de Filosofia para a de Economia em 1962.

No período de 1963 a 1964, durante o governo de Miguel Arraes, dirigiu o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), voltado para promover o financiamento e a assistência técnica para os agricultores camponeses, e foi membro do Conselho Estadual de Educação do estado de Pernambuco. Em 1969, a convite do então governador, Nilo Coelho, exerceu a Presidência do Grupo de Trabalho para elaboração de Sugestões para a Reforma Agrária (GTRA-PE), cuja atribuição era a de assessorar o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), criado em nível federal no mesmo ano.

Além da docência e de atuações na administração pública, também coordenou várias pesquisas para a SUDENE por meio de convênios. Depois que se aposentou como docente na UFPE em 1985, foi contratado pela Fundação Joaquim Nabuco para dirigir o Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (CEHIBRA).

Foi membro fundador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), juntamente com Prado Jr. e outros. Atuou ativamente na AGB em seu primeiro período, tendo sido seu presidente em 1961-1962 e vice-presidente nas administrações de Araújo Filho (1970-72), de David Marcio (1974-76), de Jose Cezar Magalhaes (1976-78) e de Marcos Alegre (1978-79). Renunciou com este último após a realização da Assembleia Geral em 1979 em São Paulo, que definiu novos rumos para a Associação.

O seu envolvimento com o pensamento marxista e a análise crítica da realidade brasileira é anterior ao movimento de renovação que dá origem à Geografia Crítica no Brasil, que tem como marco o Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em Fortaleza em 1978. Contudo, o seu forte compromisso com a AGB e aqueles que fizeram a sua história até aquele momento o manteve próximo a esse grupo ao mesmo tempo em que sempre foi reconhecido e prestigiado pelos representantes da geografia crítica. Ainda em 1978, realizou-se o I Encontro Nacional de Geografia Agrária, que contou com a participação da velha guarda da AGB e teve Andrade como um dos seus criadores.

CONTRIBUIÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Como lembra Maia (2009), Andrade integra um grupo seletivo de geógrafos que constituíram as bases da Geografia Agrária Brasileira, dentre os quais se destacam: Orlando Valverde, Pasquale Petrone, Manoel Seabra e Maria do Carmo Galvão. Mas a sua contribuição para o pensamento social brasileiro vai muito além, tendo se ocupado também da análise do

⁵ Nessa época, Geografia e História constituíam um único curso. A separação destas áreas em dois cursos distintos só irá ocorrer em 1955.

povoamento e da ocupação econômica do território brasileiro, com atenção especial para o Nordeste; da história dos movimentos populares; da problemática do planejamento e do desenvolvimento; do meio ambiente etc.

A assumida heterodoxia de Andrade em relação aos temas e teorias que constituíam o pensamento geográfico em seu tempo decorre, segundo o autor, da dupla influência de Prado Jr. e Gilberto Freyre. O primeiro dizia que, ao escrever um livro não se preocupava com a área científica em que atuava, mas com o objeto de estudo do mesmo, e Gilberto também nunca se limitou somente aos assuntos sociológicos.

Além de seu envolvimento precoce com o pensamento marxista, MCA também foi pioneiro no debate sobre a questão ambiental, seguindo a influência de Freyre. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais⁶ realizou estudos a respeito do impacto no meio ambiente do lançamento das caldas das usinas, assunto que preocupava a Gilberto Freyre desde a década de 1930. Destas pesquisas resultaram a publicação de quatro livros da série “Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental”, dois de autoria de Gilberto Osório e dois de Manuel Correia de Andrade. O problema do lançamento do vinhoto ou vinhaça nos rios por usinas de açúcar e de álcool segue sendo até os dias de hoje uma questão importante que impacta fortemente as áreas do entorno das usinas.

As obras de Andrade “A Terra e o Homem no Nordeste” (1963) e “Paisagens e problemas do Brasil” (1968) se inspiraram na abordagem desenvolvida por Prado Jr. em “Formação do Brasil contemporâneo” para caracterizar as principais atividades econômicas desenvolvidas nas diferentes regiões brasileiras, e mais detalhadamente no Nordeste, destacando a influência das condições naturais, dos sistemas de exploração da terra e da diversidade de relações de trabalho. Andrade estava atento à história econômica das regiões estudadas e ao modelamento da paisagem cultural, valendo-se do que entendia como método histórico a partir dos ensinamentos de CPJR (Andrade, 1968, 1980).

A obra “A Terra e o Homem no Nordeste” foi encomendada por Prado Jr. quando ele esteve em Recife em 1962. Tendo em vista a necessidade de uma reforma agrária que levasse em consideração as especificidades regionais, ele considerou a pertinência de se conhecer melhor a problemática agrária do Nordeste, e, por esta razão, convidou Andrade para escrever sobre o assunto.

Como o livro deu grande importância aos problemas sociais e à formação histórica regional, segundo Andrade, os geógrafos mais ortodoxos não se pronunciaram sobre o mesmo ou o atacaram, enquanto muitos historiadores e sociólogos se sensibilizaram com as teses ali expostas e o valorizaram. Durante os anos 1960 ele foi muito mais citado e debatido por cientistas sociais do que por geógrafos. Seguramente, alguns também o encararam com reserva porque o livro continha fortes denúncias contra o latifúndio e a expropriação dos trabalhadores rurais. Apesar de ter levado mais de dez anos para ser aceito pelos geógrafos, ele se tornou um clássico do pensamento social brasileiro.

“A Terra e o Homem no Nordeste” representou uma contribuição ímpar ao estudo da geografia agrária brasileira e hoje se encontra em sua oitava edição, tendo sido traduzido para o inglês e o italiano (Andrade, 2002). Essa obra consolidou na Geografia Agrária Brasileira um repertório de temas que foram retomados em estudos posteriores, como a análise articulada sobre a propriedade da terra, a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo.

⁶ Criado em 1949 e depois transformado em Fundação Joaquim Nabuco.

Este trabalho é um dos primeiros registros da influência do pensamento marxista na geografia agrária brasileira, ao lado de outros como os escritos de Orlando Valverde, “Estudos de Geografia Agrária Brasileira” (1981); Pasquale Petrone, “A Baixada do Ribeira” (1966); Léa Goldenstein, “A industrialização da Baixada Santista” (1972); Manoel Seabra, “Vargem Grande: organização e transformação de um setor do cinturão verde paulistano” (1971) e “As cooperativas mistas do estado de São Paulo” (1977) (Oliveira, 1999, p. 69).

O geógrafo marxista pernambucano concorda com a afirmação de Elisée Reclus de que “[...] a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo” (Andrade, 2002, p. 15, grifo nosso).

RELAÇÃO COM O PENSAMENTO MARXISTA

A relação de Andrade com o pensamento marxista se deu livre de dogmatismos e a sua rápida passagem pelo Partido Comunista Brasileiro é reveladora disso. Conforme ele relatou:

Eu fui do PCB por pouco tempo, na década de 40, quando ele entrou na legalidade. Eu era católico muito fervoroso até os 15, 16 anos. E deixei a Igreja quando um missionário me criticou porque eu lia Renan. Aí eu pensei: entre Renan e a Igreja, fico com Renan. E caminhei para a esquerda. Comecei a ler Lenin, Marx etc. Eu era estudante de direito e na faculdade tinha essas obras, que eram proibidas no Estado Novo. Entrei no PC e militei uns seis ou sete meses. Um dia, cheguei numa reunião da célula do PC com o livro de Trotsky, “Minha vida”, debaixo do braço. Foi um escândalo. Um líder comunista disse: - Você vai deixar esse livro aqui, você não pode carregá-lo. - Posso, eu comprei. - Você é trotskista? - Não, nunca fui. Mas admiro Trotsky, ele escreve muito bem. - Mas ele é inimigo da classe operária. - Eu disse: - Você acha? Mas eu não sou operário! Eu sou da burguesia açucareira. (Havia muita gente da burguesia que era do PC). Aí ele disse: - Então, você tem de escolher entre Trotsky e o PC. - Eu dei a mesma resposta que havia dado entre Renan e a Igreja. - Fico com Trotsky. - E fui embora. Eu era um rebelde! (Depoimento de Andrade, 2000 apud Marino, 2014, p. 3).

A liberdade de pensamento sempre teve um valor inestimável para MCA, desta forma, para ele, o marxismo não deveria ser tomado como doutrina, mas como um método, ou seja, como um meio e não um fim. Andrade criticou o uso de categorias marxistas de forma abstrata e, para evitar cair nesta armadilha, defendeu a importância do conhecimento empírico, ou seja, do conhecimento do mundo material que acessamos por meio da prática. Ele entrou em contato com ampla literatura marxista ainda quando estudante universitário, tomando como referência direta os trabalhos de Prado Jr, apesar de manter grande interesse pelos escritos de Trotsky, dentre outros.

O historiador paulista adotou o marxismo como método histórico ou método de interpretação da história e teve um papel importante em sua disseminação e nacionalização no país. O seu pensamento influenciou fortemente o debate sobre a formação econômico-social brasileira e a estrutura geral de seu argumento se constituiu como ponto de partida para o trabalho de importantes autores das gerações que o sucederam como o próprio

Manuel Correia de Andrade, além de Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Ariovaldo U. de Oliveira, dentre outros.

Em várias oportunidades MCA afirmou a sua admiração e o seu reconhecimento pela contribuição de CPJR ao pensamento social brasileiro, destacando como sua obra máxima a “Formação do Brasil Contemporâneo”, na qual o historiador paulista teria feito “[...] uma geografia retrospectiva do Brasil, no fim do período colonial” (Andrade, 1987, p. 128, grifo nosso). Porém, mesmo se reconhecendo como discípulo de CPJR, o geógrafo pernambucano possuía divergências em relação à posição deste quanto a temas importantes como a questão agrária, conforme se verá no próximo item.

Para compreender melhor a influência exercida por CPJR no pensamento e obra de MCA, é preciso conhecer um pouco sobre a trajetória do primeiro e a forma como ele se apropriou do método do materialismo dialético. Cabe inicialmente destacar que ele apresentava grande interesse e sensibilidade pela perspectiva geográfica, cultivados por uma formação baseada em ensinamentos da escola francesa lablacheana, que lhes foram transmitidos por Pierre Deffontaines, quando este lecionou na Universidade de São Paulo. CPJR foi um grande conhecedor da realidade brasileira, conhecimento construído por meio de sua vasta erudição, bem como de suas constantes viagens e participação em excursões científicas ou trabalhos de campo, além de intensa atividade política.

CPJR, assim como MCA, era oriundo de família pertencente à oligarquia agrária, tendo rompido com os interesses de sua classe social de origem e apoiado as lutas por maior equidade social. Porém, diferentemente de Andrade, ele se manteve filiado ao Partido Comunista Brasileiro até a sua morte e viveu este engajamento como uma experiência fundamental em sua luta por mudanças estruturais. Apesar disso, ele sempre preservou a sua independência, tendo defendido posições divergentes às de seu partido em diversas ocasiões.

O seu profundo conhecimento do método do materialismo dialético não se devia apenas à sua militância política, mas também decorreu de um investimento de folego no campo da filosofia, do qual resultaram trabalhos como “Dialética do conhecimento” (1952), “Notas introdutórias à lógica dialética” (1959), “O que é filosofia” (1981).

Prado Jr. reconheceu em Marx o empenho para apreender o real por meio da razão – faculdade especial e distintiva do humano que nos permite conhecer, acumular conhecimento e, consciente dele, utilizá-lo intencionalmente para finalidades específicas. Mas, trata-se de uma razão dialética, tendo em vista que a realidade é dialética, uma razão capaz de apreender os aspectos que compõem o real, em sua diversidade e contradições, em seu movimento.

Para o historiador paulista, a razão dialética é, da mesma forma, capaz de apreender a historicidade ou o comportamento geral da natureza. Como explica Jorge Grespan (2008, p. 61-62):

Mais exatamente, Caio Prado diz que “os fatos da Natureza extra-humana também têm a sua história. [...] enfim toda a Natureza orgânica e inorgânica tem sua história” na sucessão dos seus eventos. Como esta historicidade não é visível em todo o real, “o pensamento metafísico é levado a introduzir em tal história aparentemente periódica a noção de ‘ciclos’ idênticos”, procedimento que é “possível e apresenta à primeira vista alguns visos de justeza, porque a natureza histórica de grande parte dos fatos do Universo, isto é, a verdadeira história que introduz permanentemente o novo, essa

história é freqüentemente imperceptível, na escala humana". O caráter cílico observado nos fenômenos naturais só "aparentemente" é histórico, pois a "verdadeira história" é a "que introduz permanentemente o *novo*" e não a repetição previsível pela periodicidade, em que nada de diferente se produz. Mas "a história humana, pelo contrário, desenvolvendo-se na nossa escala e tão próxima de nós, revela desde logo seu caráter verdadeiro", a saber, aquele que produz algo "novo", a relação processual que liga o passado ao futuro pela diferença.

A concepção dialética deve partir de relações que, na contradição dos seus termos, conformam as situações e articulam uma temporalidade processual, um tempo histórico concreto. Assim, o método de interpretação da história de Marx permitiria desvendar a lógica ou o "critério" por meio do qual os diversos lados da realidade configuram uma formação com caráter de permanência, ou seja, o sentido a partir do qual as contradições do real se articulam e se conciliam transitoriamente.

Assim, Prado Jr. propõe uma interpretação da história do Brasil a partir da análise das relações de dominação estabelecidas com base no sistema colonial, reproduzidas posteriormente sob o imperialismo, que submeteram as atividades desenvolvidas em nosso território a interesses externos, definidos inicialmente pela metrópole portuguesa, e depois pela Inglaterra e os Estados Unidos.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O "sentido" da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista, é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar. (Prado Júnior, 1948, p. 26, grifo nosso).

Para CPJR, a formação econômica e social brasileira é o resultado de relações coloniais cuja razão de ser se deve à expansão comercial europeia iniciada no século XV, o que para ele já se constituiria como capitalismo, embora sob o comando do capital comercial (Prado Júnior, 1979a). A posição subordinada que o Brasil ocupa no sistema capitalista mundial encontraria aí as suas raízes, o que explica a nossa dependência econômica, política e

ideológica de interesses externos, em detrimento das necessidades e prioridades da maioria de nossa população.

Apesar de concordar quanto ao peso do passado colonial na determinação de nossa dependência, entendemos que a referida expansão comercial se deu sob o domínio do mercantilismo, que marcou a transição do feudalismo para o capitalismo. Foi um período marcado por profundas mudanças nas relações de produção e forças produtivas observadas em países da Europa Ocidental e irradiadas para outros continentes, conhecido como de acumulação primitiva, a partir do qual tem origem o modo de produção capitalista.

Para o historiador paulista, a formação econômico-social brasileira e o sistema internacional capitalista corresponderiam a duas ordens de circunstâncias que formam um todo integrado. Porém, seria necessário considerar a particularidade na análise da formação econômico-social brasileira e não tomar o conceito de modo de produção de forma abstrata.

Prado Jr. atribuiu ao clima um papel decisivo na definição dos tipos de organização social e produtiva que foram desenvolvidos nas colônias. No caso do Brasil, dentre outras áreas situadas nos trópicos, prevaleceu uma colonização visando a exploração dos recursos naturais de seu território e a produção de cultivos tropicais sob o domínio do sistema de plantation: grande propriedade monocultora baseada no trabalho escravo. Já as colônias estabelecidas em zona temperada, funcionaram como áreas de recepção de populações excedentes da Europa, que buscaram constituir na América uma sociedade semelhante à de seus países de origem, configurando uma colonização de povoamento e deixando em segundo plano os objetivos mercantis e o consequente caráter de exploração que marcou as colônias nos trópicos.

Da mesma forma, atentando para a particularidade, Andrade analisou a história econômica da região Nordeste e o modelamento da paisagem cultural daí decorrente, valendo-se do método histórico em “A terra e o homem no Nordeste”. Nesta obra, ele também considerou a determinação geográfica, especialmente o clima, como um fator com força para marcar a paisagem regional, sua economia e história.

Ainda para realçar a atenção dedicada por CPJR à particularidade e o seu esforço para interpretar o que é próprio à formação social brasileira, lembramos aqui Octávio Ianni (2004), quando ele destaca três processos de envergadura histórica privilegiados pelo historiador paulista: o sentido da colonização; o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.

Prado Jr. viu o regime escravista como a base a partir da qual se edificou toda a sociedade durante séculos, influenciando fortemente a economia, a política e a cultura, deixando marcas profundas em nossa estrutura social. O que não era dependente do trabalho escravo tendia a ter um caráter secundário ou transitório.

O desenvolvimento desigual e combinado caracterizaria toda a nossa história, resultando numa formação social constituída por um complexo de formas econômicas que se articulam mais ou menos frouxamente.

A sucessão de ‘ciclos’ econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das frentes pioneiros, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho (Ianni, 2004, p. 59).

Conforme CPJR, para interpretar o desenvolvimento histórico da formação social brasileira era preciso partir do sentido da colonização, mas, a determinação externa que se impôs sobre a dinâmica interna de nossa formação social, a hegemonizou e não a homogeneizou.

O DEBATE SOBRE QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

Andrade destacou em várias ocasiões a centralidade da questão agrária entre as suas preocupações de pesquisa, o que consistia num importante ponto em comum com Prado Jr. Mas, se para esse último a questão agrária era considerada como um problema central da formação social brasileira, que se opunha ao seu desenvolvimento, para o primeiro, ela era analisada sobretudo como elemento chave para compreender a região Nordeste e seus principais dilemas.

Dada a proximidade pessoal que havia entre eles e o debate franco travado sobre os problemas do campo brasileiro, pode-se afirmar que houve uma influência recíproca no tratamento dessa questão. Porém, apesar de convergirem no que diz respeito à relevância da questão agrária e à necessidade de enfrentá-la para a redução das desigualdades extremas que caracterizavam a formação social brasileira, eles apresentavam algumas divergências quanto ao diagnóstico geral do problema e suas possíveis soluções.

Com o objetivo de evidenciar as diferenças entre as posições defendidas por cada um, serão apresentadas a seguir informações sobre o contexto histórico e a atuação que eles tinham nos anos 1960, quando o debate sobre a reforma agrária ganhou grande destaque, além de argumentos encontrados em seus escritos e manifestações feitas no período e também posteriormente. Mas, seguramente, o estudo dos acervos pessoais de ambos, que se encontram abrigados no IEB-USP, poderá ajudar a compreender melhor como esse debate se deu.

O início da segunda metade do século XX foi marcado, tanto pela expansão da sindicalização dos trabalhadores rurais e o crescimento da presença do PCB junto a eles, como pela criação de Ligas Camponesas em vários estados do Nordeste. É quando o “campesinato” se constituiu como sujeito político, representando a diversidade de relações de trabalho existentes no campo, e a palavra de ordem “reforma agrária” se inseriu no horizonte político dos trabalhadores rurais, passando a impulsionar as suas ações. Mesmo aparecendo com múltiplos significados, a reforma agrária passou a se apresentar como a bandeira capaz orientar a luta contra o inimigo comum, o “latifúndio” (Medeiros, 2000).

O PCB advogava desde a sua fundação nos anos 1920 que a economia do país se caracterizava por apresentar uma estrutura agrário-exportadora, submetida aos interesses imperialistas, e pelo domínio da grande propriedade rural baseada em relações de produção semelhantes à servidão, que representavam restos feudais. Para o Partido, essas características eram responsáveis por gerar as condições miseráveis em que vivia a população rural e por impedir o desenvolvimento do mercado interno, submetida a laços de dependência pessoal e à superexploração. Assim defendia a aliança entre o operariado, a burguesia nacional e os trabalhadores rurais, e concebia a reforma agrária como uma ação fundamental para combater o latifúndio e as relações de natureza feudal no campo por meio da redistribuição de terra.

Às vésperas do golpe civil-militar de 1964, havia intensa mobilização no campo e a reivindicação pela reforma agrária tinha assumido grande força política. A defesa da reforma

agrária pelo então presidente, João Goulart, é apontada como uma das causas do golpe⁷. Foi um período marcado pelo recrudescimento da violência no campo, com ameaças e até assassinatos de trabalhadores rurais por lutarem por seus direitos e por uma melhor distribuição da propriedade da terra. Em face do aumento das tensões no campo, o Governo Arraes em Pernambuco apoiou a reivindicação dos trabalhadores de aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, e proporcionou apoio técnico e financeiro à pequena produção, ou produção camponesa, alcançando ótimos resultados econômicos e sociais.

Prado Jr. defendia a tese da reforma agrária ampliada, envolvendo um conjunto de reivindicações, e destacava a importância da luta por direitos como um de seus pontos centrais. Ele era proprietário da Editora Brasiliense e da revista de mesmo nome, onde deu publicidade às suas análises sobre a política econômica brasileira, que polemizavam com as posições oficiais do PCB e sustentavam a sua teoria sobre a revolução brasileira como um processo gradual baseado em dois eixos: “[...] uma revolução agrária não camponesa que aqui se materializaria na valorização do trabalho com a universalização da lei trabalhista, concluindo a obra da Abolição; e a reforma do capitalismo, para generalizar o emprego e homogeneizar a sociedade” (Santos, 2000, p. 271).

CPJR acompanhou atento os desdobramentos da política em Pernambuco e viu no tratamento dado pelo Governo Arraes à greve canavieira de 1963 e nos resultados desta um exemplo da possibilidade de implantação de medidas de caráter trabalhistas, que, em lugar da ênfase na desapropriação de terras, de difícil realização, mostravam-se capazes de promover de forma imediata a melhoria das condições de vida do trabalhador e a dinamização da economia regional. Segundo Santos (2000, p. 290),

[...] no caso da greve de Pernambuco, três ordens de efeitos tornavam-se emblemáticas: a) ocorreria uma “verdadeira transmutação” nas condições de vida daqueles trabalhadores rurais; b) dinamizara-se a região (movimento comercial etc.); e c) surgira um “efeito econômico”, a partir desse tipo de pressão da força do trabalho, para impulsionar o acesso à terra. Caio Prado Jr. considerava aquela experiência, em contraste com a “agitação” da luta pela terra, como uma movimentação que abria “ampas perspectivas de reforma e renovação econômica e social e podemos até dizer política”, mais consentânea, como ele definia, com o “profundo sentido do nosso processo revolucionário”.

Neste período, Andrade coordenou o GEPA, órgão criado pelo Governo Arraes em 1963 para a promoção da produção de alimentos, que desenvolveu um programa de empréstimos a juros oficiais para a pequena produção (Andrade, 2004). Em 1963, MCA publicou “A terra e o homem no Nordeste”, onde analisou as relações de trabalho no campo, a atuação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, bem como os planos de colonização propostos pelo governo de Pernambuco, por meio da Companhia de Revenda e Colonização, e pela SUDENE. O geógrafo pernambucano reconheceu a importância da reivindicação por terra apresentada pelos movimentos sociais e buscou estudar as experiências de reforma

⁷ Em comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro, realizado duas semanas antes do golpe, Jango anunciou que iria desapropriar terras às margens das rodovias, ferrovias e açudes para fins de reforma agrária.

agrária desenvolvidas em outros países, bem como as iniciativas de colonização em curso no Brasil, com o intuito de contribuir para a construção da reforma agrária brasileira.

Andrade aceitava a tese de Prado Jr sobre a origem capitalista da formação social brasileira, em desacordo com a ideia de um passado feudal defendida pelo Partido Comunista Brasileiro. Mas, divergia quanto à interpretação do mestre paulista sobre o caráter capitalista do conjunto das relações de trabalho encontradas no campo e, portanto, também divergia quanto a quais seriam as principais ações que deveriam compor uma política de reforma agrária.

Prado Jr. via no processo histórico de colonização a origem de uma formação social dependente, baseada na grande exploração, na produção de gêneros tropicais para o mercado externo e numa significativa desarticulação da produção para o abastecimento do mercado interno⁸. E, na medida em que os produtos de exportação estavam sujeitos a fortes oscilações no mercado internacional, isso gerava uma maior ou menor pressão sobre o uso da terra e as formas de acesso a ela, causando crises recorrentes na produção para o abastecimento alimentar. Ressaltava, assim, a relação contraditória estabelecida entre a grande exploração para exportação e a pequena, voltada para a produção de alimentos, que seria sua subsidiária.

Numa palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população. (Prado Júnior, 1979b, p. 49-50).

Ele entendia que essa estrutura produtiva se apoiava numa estrutura fundiária baseada no latifúndio e no minifúndio, e na existência de um mercado de trabalho constituído. O poder do latifúndio e dos grandes proprietários era visto por Prado Jr. como o fator responsável pelas condições de vida miseráveis de grande parte da população do campo uma vez que a dificuldade de acesso à terra a levava a se submeter a relações de trabalho extremamente espoliadoras, como aquelas que predominavam nas grandes explorações.

Tendo em vista o papel que a grande exploração agromercantil representa na economia rural brasileira, as relações de produção e de trabalho são naturalmente nela determinadas, em primeiro e principal lugar, pela natureza daquela exploração. Isto é, elas se constituem essencialmente das relações que mantêm entre si, de um lado, os empresários do negócio, que são os grandes proprietários; e doutro, os trabalhadores que lhes fornecem a mão-de-obra com que a grande exploração é operada. As condições em que se realiza esse fornecimento de mão-de-obra e força de trabalho, configuram assim o essencial das relações de produção e trabalho vigentes na economia agrária brasileira. (Prado Júnior, 1979b, p. 57).

Para o historiador paulista, nas diversas formas de trabalho encontradas no campo, o trabalhador se apresentava como mero vendedor de força de trabalho e a estrutura

⁸ Sabemos que nos últimos anos as interpretações acerca do Brasil Colonial têm ganhado novas contribuições e revisões, principalmente com os historiadores cariocas, notadamente João Fragoso e Manolo Flórentino, que ressaltam o papel do mercado interno na dinâmica colonial, em detrimento da tradicional interpretação que vincula a dinâmica econômica colonial ao mercado externo e a uma visão de constituição da Colônia como indutora do processo de industrialização europeu (Erbereli Júnior, 2012, p. 137-138).

fundiária concentrada exercia um efeito depressivo sobre a sua remuneração, que podia se apresentar de formas distintas:

o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado. (Prado Júnior, 1979b, p. 60).

Ele considerava o foro e a relação de parceria como formas de exploração do trabalho rural que não representavam “restos feudais” ou formas “pré-capitalistas”, como entendia o PCB, nem tão pouco formas camponesas de outra modalidade qualquer. Os foreiros ocupavam e cultivavam por conta própria sítios localizados em áreas mais distantes da propriedade, pelas quais pagavam um aluguel, além da realização de dias de serviço gratuito (ou o cambão) no período da safra, para o proprietário. O parceiro, por sua vez, realizava o trabalho na terra e dividia com o proprietário o resultado da produção.

Note-se bem que em qualquer desses casos, bem como nos demais que acompanham os mesmos padrões, e que seria por isso inútil especificar aqui, trata-se sempre de modalidades de pagamento de serviços, mesmo quando esse “pagamento” não é em dinheiro e assume formas peculiares. Assim no caso, conforme vimos, em que a retribuição dada pelo proprietário consiste em parte da produção (quando formalmente a relação jurídica seria a parceria), ou quando se faz com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar a terra por conta própria. É importante acentuar esse caráter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. Efetivamente, aquilo de que essas relações se formam, o fato principal que nelas se configura, é a prestação de serviços. É isso e somente isso que o proprietário procura e obtém do trabalhador; e são serviços unicamente que este último de fato presta ao proprietário, seja qual for o tipo de retribuição que recebe por essa prestação. (Prado Júnior, 1979b, p. 62).

Andrade tinha outra compreensão sobre essa questão, considerando como camponesas as formas de produção em que o lavrador possuía algum controle sobre a terra e atuava por conta própria.

Os estudiosos das ciências sociais vêm distinguindo entre a grande multidão de habitantes e trabalhadores do campo duas categorias, a daqueles que já foram expropriados da terra e dos utensílios de trabalho e vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, que seriam os assalariados, e aqueles que ainda têm o controle de pequenas porções de terra, como proprietários, arrendatários ou meeiros e que cultivam-nas visando o auto-abastecimento e a venda do excedente. Estes ainda complementam a renda trabalhando, nos períodos de paralisação dos trabalhos em suas pequenas explorações, para os grandes e médios proprietários, sem vínculo empregatício. (Andrade, 1986, p. 6).

Para o geógrafo pernambucano, o modo de produção capitalista teria dominado a nossa formação social desde o período colonial, mas isso não implicava a generalização das relações capitalistas em todos os níveis. Assim, o escravismo tinha dominado as relações de produção na colônia e as formas camponesas teriam se expandido após a abolição da escravidão.

Daí Jacob Gorender ter levantado o conceito do escravismo colonial que eu aceito como um modo de produção subalterno, dominado, dentro do capitalismo comercial, até a abolição. [...] Surgiram então formas camponesas de relações de trabalho com arrendamentos e parcerias que precederam a chegada nos anos cinquenta das relações capitalistas mais puras. [...] Admito que tenha havido e ainda ocorra nas áreas mais tradicionais formas camponesas de relações, mas que não chegam a formar um modo de produção dependente. (Andrade, 1992, p. 159-160).

A existência da produção camponesa no Brasil, ou da pequena produção segundo CPJR, continua a gerar intensos debates até hoje. Destacam-se aí as reflexões desenvolvidas por José de Souza Martins e Ariovaldo U. de Oliveira, por lançarem luz sobre novos aspectos e contradições envolvendo a questão agrária e a relação entre o campesinato e o latifúndio no Brasil.

Em 1979, no 2º. Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), Martins apresentou uma nova interpretação para a presença de relações de produção não capitalistas no campo que dá centralidade ao sentido econômico da propriedade da terra no contexto da produção capitalista. Sua teoria trata da criação e recriação capitalista do campesinato, mesmo no contexto da modernização da agricultura, como um processo que se baseia na sujeição da renda da terra ao capital (Martins, 1981).

Oliveira (1986, 1999) se apoia na teoria de Martins para, numa perspectiva geográfica, pensar o desenvolvimento desigual do capitalismo e a reprodução da classe camponesa no Brasil⁹. Ele analisou como atua o capital monopolista, comercial e industrial, em diferentes produções agropecuárias no contexto do avanço da industrialização da agricultura no país e identificou formas distintas de relação do capital com a propriedade da terra. Assim, explicou a expansão da produção camponesa em situações específicas por meio da sujeição da renda da terra ao capital, em outros contextos, identificou o avanço da territorialização do capital na agricultura. E afirmou que é preciso atentar para os diferentes momentos da dinâmica contraditória de produção e reprodução do capital, que envolve a produção, a circulação, a distribuição e o consumo, e as diversas configurações por eles assumidas nas formações territoriais nacionais. Oliveira (1999, p. 75) destaca que “[...] ao mesmo tempo em que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se”.

A existência ou não de formas camponesas no campo seguiu na pauta daqueles que se ocupam da questão agrária, porém, esse debate ganhou novos conteúdos na contemporaneidade, revelando uma maior complexidade. Emergiram outros sujeitos políticos no campo com presença crescente na cena pública, que reivindicam território em lugar de terra, como os quilombolas e os povos indígenas. Além disso, apesar de numericamente menos representativos, uma parcela crescente do campesinato tem reivindicado um maior reconhecimento social na atualidade, em face do agravamento da degradação ambiental promovida pela moderna

⁹ A ênfase dada ao campesinato enquanto classe social é um aspecto importante da abordagem de Oliveira.

agricultura capitalista, a partir de seu engajamento com a agroecologia e de sua contribuição para a produção de alimentos saudáveis e de um ambiente mais equilibrado.

Enquanto a questão agrária se complexificou e adquiriu faces novas, a grande propriedade da terra se fortaleceu. Hoje o modelo de agricultura industrial baseado na grande propriedade se tornou dominante, está na base da estruturação de grandes grupos do agronegócio, e se encontra articulado a cadeias globais de valor dominadas por grandes corporações transnacionais. Em face das instabilidades financeiras verificadas nos anos 2000, também tem se observado o aprofundamento dos vínculos da propriedade da terra com o capital financeiro. Assim, houve uma intensificação das contradições envolvendo a propriedade da terra, com o consequente aumento da dificuldade para a realização da reforma agrária. Se aumentou o interesse de diferentes frações da classe dos capitalistas pela manutenção e mesmo o incremento da concentração da propriedade da terra, a novidade é que esse interesse também tem avançado numa parcela dos trabalhadores assalariados que vem se envolvendo com o agronegócio por meio das tramas do capital financeiro, seja via aquisição de cotas de Fundos de Investimentos em Cadeias Agroindustriais (FIAGROS), ou de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAS), dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno aos clássicos Andrade e Prado Júnior nos permite conhecer um pouco de nossa história e de nossa geografia, e este é um passo fundamental para compreendermos melhor o nosso presente e assim contribuirmos para a construção do futuro que desejamos. Para isso, as suas lições de método também são particularmente preciosas.

Andrade analisou a configuração espaço-temporal da região Nordeste, seus processos constitutivos e contradições, e identificou nas relações de produção a partir das quais se constituem o latifúndio e a questão agrária a razão que explica o Nordeste no início dos anos 1960 e que permanece atual em muitos aspectos.

A existência de duas formas de agricultura, uma voltada prioritariamente para a exportação e outra para o abastecimento alimentar nacional, também se manteve como característica marcante de nossa produção rural, em que pesce o fato de a primeira estar hoje subordinada a cadeias globais de valor que também abastecem o mercado interno. Esse é o caso, por exemplo, da cadeia produtiva da soja, com seus vários subprodutos como o óleo e a margarina, e aquelas relacionadas à produção de proteína animal, seja de aves ou de bovinos. As relações de dependência e o desenvolvimento desigual se atualizam sob novas formas.

Andrade reconhecia Prado Júnior como o seu grande mestre e, ratificando o legado deste, atuou de forma comprometida em face dos dilemas políticos de seu tempo e buscou contribuir para a construção do pensamento social brasileiro de forma crítica e independente, por meio de um trabalho embasado na empiria e no materialismo histórico ou método histórico, como eles chamavam. Para nós, fica a semente e o convite para que, seguindo o exemplo destes dois grandes mestres, busquemos compreender e enfrentar os desafios próprios do nosso tempo, realizando a teoria na prática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Paisagens e problemas do Brasil**: aspectos de vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. São Paulo: Brasiliense, 1968.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, [1963] 1980.

ANDRADE, M. C. **Lutas campesinas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, M. C. Entrevista com Manuel Correia de Andrade. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 6, n. 12-13, p. 131-169, 1992.

ANDRADE, M. C. Entrevista Manuel Correia de Andrade. [Entrevista concedida a Claudio Zanotelli e Gisele Girardi]. **Revista GEOGRAFARES**, Vitória, n. 3, p. 13-23, 2002.

ANDRADE, M. C. O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 22, n. 1, p. 37-44, 2004. Dossiê: 64

ERBERELI JÚNIOR, O. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado Júnior. **Tempo de Histórias**, Brasília, n. 21, p. 137-161, 2012.

GRESPAN, J. A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 47, p. 57-74, 2008. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i47p57-74>.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAIA, D. S. O pensamento de Manoel Correia de Andrade e a sua obra *A terra e o homem no Nordeste*. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 13, n. 288, 2009. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm#a2>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MARINO, L. F. Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado para as causas sociais. In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (ed.). **Dicionário dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Editora & Letras, 2014. v. 1, p. 101-118.

MARTINS, J. S. **Os campesinos e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: QUARTIM DE MORAES, J.; DEL ROIO, M. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. et al. (ed.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1948.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1979a.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979b.

SANTOS, R. “Opinião pública” e partidos políticos em algumas análises de conjuntura de Caio Prado Jr. In: QUARTIM DE MORAES, J.; DEL ROIO, M. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SECCO, L. Centenário de Caio Prado Júnior. **Jornal da USP**, São Paulo, v. XXIII, n. 808, 2007. Disponível em: <https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2007/jusp808/pag02.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

WANDERLEY, M. A. S. **Bionotas**: Manuel Correia de Andrade. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2024. Disponível em <https://sbsociologia.com.br/project/manuel-correia-de-andrade/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

Editora do artigo

Paula Juliasz

Recebido: Out. 4 2024
Aceito: Out. 30 2024

MARQUES, M. I. M.